



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Relatório e Parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 (BE) - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho (Regras especiais de contratação pública na Região Autónoma dos Açores), com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada	0508 Proc. Nº 105
Data:	10/02/05 Nº 19/2009

Ponta Delgada, 28 de Janeiro de 2010



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

INTRODUÇÃO

A Comissão de Política Geral reuniu no dia 28 de Janeiro de 2010, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, a fim de apreciar, relatar e dar parecer ao **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 (BE) - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009.**

O Projecto de Decreto Legislativo deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 4 de Dezembro de 2009, tendo sido remetido à Comissão de Política Geral para apreciação, relato e emissão de parecer até ao dia 14 de Janeiro de 2010, o qual foi prorrogado até ao dia 25 de Fevereiro de 2010, por Despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a solicitação da Comissão.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda fundamenta-se no disposto da alínea d) do nº 1 artigo 31º, do artigo 37º e do artigo 58º todos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e a sua apreciação e emissão de parecer tem lugar ao abrigo da alínea a) do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como na alínea a) do nº 1 do artigo 227º da Constituição.

CAPÍTULO II
APRESENTAÇÃO DO DIPLOMA

O Presidente da Comissão começou por clarificar que a admissão do diploma não respeitava o artigo 6º do Decreto Legislativo Regional nº 25/2003/A, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 14/2007/A, de 25 de Junho, por omitir referência à republicação do diploma alterada, a qual é obrigatória, qualquer que seja a natureza ou extensão da alteração.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Deputada Zuraida Soares, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, respondeu que foi a primeira vez que tal questão se colocou, nunca tendo havido nenhum reparo naquele sentido. Referiu, contudo, que a correcção seria efectuada em tempo e remetida à Comissão.

Apresentado as razões para a apresentação do diploma, disse que as derrapagens dos custos das obras são quase uma instituição nacional e que este projecto de Decreto Legislativo fala por si nos seus objectivos, pois quando se transforma numa regra aquilo que era uma excepção, permite-se que as obras possam derrapar até aos 25%. Manifestou a sua concordância quanto ao articulado no Decreto-Lei do Código dos Contratos Públicos, pois o que é razoável, devido à natureza extraordinária de uma obra, a derrapagem possa atingir os 25%.

Disse ainda que as derrapagens constituem um sorvedouro de dinheiros públicos e que a adjudicação das obras públicas devem estar subordinadas aos princípios da transparência, pois as verbas são necessárias para outros investimentos. Acrescentou que os ajustes directos são propiciadores de falta de transparência e favorecimento, pois cria-se um "caldinho" que propicia atitudes e tomadas de decisão que não garantem as regras da proporcionalidade e da clareza das adjudicações.

O Presidente da Comissão tomou a palavra para perguntar se o BE considera que as acções de fiscalização do Tribunal de Contas são suficientes para acautelar o rigor nos trabalhos a mais, pois a contratação pública está sujeita à verificação da legalidade, com o controle da legalidade da despesa pública cuja verificação compete ao Tribunal de Contas.

Questionou ainda se o BE considera que a interpretação jurisprudencial do Tribunal de Contas é ou não uma garantia para a utilização dos dinheiros públicos e se o BE ponderou a causa/efeito da proposta de Decreto legislativo, nomeadamente quanto à demora na realização das obras e a um eventual agravamento de custos, em virtude de novo procedimento de contratação, com instalação de estaleiro para as obras e diferente proposta de preços unitários.

Em resposta, a Deputada do BE disse que o Tribunal de Contas assegura a legalidade e tem sido fundamental, contudo não considera suficiente e que muitas obras não têm características de imprevisibilidade geológicas para justificar os Trabalhos a Mais e que o segredo está na exigência de um planeamento rigoroso do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

projecto. Para o BE os Trabalhos a Mais como excepção sim, mas como regra não.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, interveio para dizer que o PS dispensa lições de moral sobre despesismos, pois o seu Grupo Parlamentar está perfeitamente à vontade também neste aspecto, considerando as afirmações da Deputada do BE como deduções perigosas e infantis e que a proposta de projecto de Decreto Legislativo em análise é demagógica. Para o Grupo Parlamentar do PS, os 25% é um acto excepcional que deve ser devidamente fundamentado e que o ajuste directo é uma medida acertada para o combate à crise.

O Deputado Cláudio Lopes, do Grupo Parlamentar do PSD, considerou que o Presidente da Comissão já fizera o correcto enquadramento jurídico desta iniciativa e do papel do Tribunal de Contas e que todos os decisores públicos devem zelar pelo rigor da utilização dos dinheiros públicos. Encarou a presente proposta como uma iniciativa legislativa com falta de realismo e sentido prático de como se processa a contratação pública, pois é muito fácil registar-se uma derrapagem numa obra, sem que haja falta de responsabilidade e que a regra máxima de 5% é um crivo manifestamente muito apertado, podendo obrigar a novos procedimentos e a agravar os custos da obra.

O Deputado Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do PPM, considerou que partilha e era legítima a preocupação do BE, porquanto assistimos sempre a derrapagens e que tem de haver critérios mais rígidos nas adjudicações de obras públicas, indo por isso votar a favor da iniciativa. Por isso, irá apresentar uma proposta de alteração à percentagem que considera muito restritiva. No entanto, entende e aceita as considerações do Presidente da Comissão que esta regra muita restritiva provocará mais despesa e novos procedimentos.

A Deputada Zuraída Soares, concluindo a apresentação, disse que as propostas de alteração são bem-vindas e que relativamente à falta de realismo da proposta, esta nada mais fazia do que seguir as regras nacionais da contratação pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO III
AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EQUIPAMENTOS

O Senhor Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, que se fez acompanhar do Director Regional do Laboratório Regional de Engenharia Civil, começou por esclarecer que a proposta do Bloco de Esquerda não é adequada à Região, porquanto a lógica do controlo dos custos não se esgota nos Trabalhos a Mais, mas passa por novas exigências dos projectos e que os 5% eram escassos porque comportavam riscos no normal procedimento da obra, acarretando mais custos para o erário público.

Relativamente ao limite excepcional de 25%, a Região está no percurso correcto e que a legislação da República está a aproximar-se das regras de contratação regional, dado que já se percebeu que o Código dos Contratos Públicos é restritivo e que não há falta rigor no diploma regional, servindo a nossa condição e características geológicas das ilhas, o que vem evitar o agravamento dos custos das obras.

Informou ainda que nem são todas as obras que registam derrapagens, por isso, o Governo Regional não se assume o limite de 25% como um princípio, mas como uma excepção.

O Director Regional do Laboratório Regional de Engenharia Civil informou que o Laboratório está a compilar vários estudos geológicos e geotérmicos, tendo em vista possuir uma base de dados sobre as características dos terrenos. Considerou que quanta mais apertada a montante for, a malha na elaboração dos projectos, os custos finais da obra ficam menores, embora não seja garantia, nem venha resolver definitivamente o problema, nem diminui o grau de imprevisibilidade.

O Presidente da Comissão reforçou a ideia explanada, aquando da apresentação do diploma, que o ideal seria 0% de derrapagem e que a aplicação na Região do Código dos Contratos Públicos, com o limite de 5% nos Trabalhos a Mais, provocaria não só o atraso nas obras, como acarretaria a uma perda de tempo e ao agravamento de novos custos dispensáveis.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, elogiou a forma clara,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

directa e precisa, relativamente aos esclarecimentos do Secretário Regional e do Director Regional, salientando que a proposta de Decreto Legislativo do Bloco de Esquerda penalizaria o erário público, devido aos novos custos que o limite dos 5% obrigaria, dada a necessidade de novos procedimentos concursais.

CAPÍTULO IV
Pareceres Solicitados

O Presidente da Comissão deu conhecimento à Comissão que solicitou parecer à Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos Açores, anexando-se o parecer da AICOPA.

No seu parecer, a AICOPA sustenta a manutenção do regime legal em vigor para os trabalhos a mais, com os actuais limites, com base nas características geomorfológicas dos solos dos Açores.

A AICOPA acrescenta, ainda no seu parecer, que "O que é facto é que a falta nos projectos apresentados de rigor nas mediações, seja pela falta de pormenorização, seja pela falta de estudos preliminares (por exemplo, geotécnicos), aconselham à manutenção deste limiar, pelo menos até a legislação em vigor prever, de forma mais eficaz, a responsabilidade de projectista por eventuais falhas do projecto"

CAPÍTULO V
APRECIÇÃO NA ESPECIALDADE

O Grupo Parlamentar do BE apresentou proposta de substituição da iniciativa, a qual foi admitida por sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, que baixou a esta Comissão.

O parágrafo terceiro da exposição de motivos passa a ter a seguinte redacção:

"A presente alteração ao Decreto legislativo Regional, visa assegurar que se reponha este rigor ao estabelecer um limite máximo de 5% no preço contratual na alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º A constante derrapagem dos preços das obras públicas é condenável, para além do encargo para o erário público é factor potenciador da falta de transparência na gestão da coisa pública, minando a democracia e a confiança dos cidadãos."



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

É aditado um novo artigo 2º e, em consequência renumerado o anterior artigo 2º:

"Artigo 2º
Republicação

O Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho de 2008 (Regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores) é republicado em anexo, com as alterações constantes do presente diploma

Artigo 3º
Produção de efeitos

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte à sua publicação e produz efeitos à data da respectiva aprovação."

CAPÍTULO V
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS vota contra a iniciativa.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP reservam a sua posição para Plenário.

A Representação Parlamentar do PPM vota a favor.

CAPÍTULO VI
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, na generalidade e na especialidade, a Comissão de Política Geral, por maioria, dá parecer desfavorável ao Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 (BE).

Em consequência, Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 (BE)
- Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho
(Regras especiais de contratação pública na Região Autónoma dos Açores),
com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009, está em condições de ser agendado para debate e votação em Plenário.

Ponta Delgada, 28 de Janeiro de 2010

O Relator

António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente

Pedro Gomes